

**ENCONTRO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A
RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2005**

No dia 29 de janeiro de 2005, realizou-se o Encontro Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós Consumo, no contexto do Fórum Social Mundial de 2005. Esta foi uma iniciativa do Instituto Pólis – Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Participaram deste Encontro cerca de 90 pessoas.

O Encontro foi organizado em dois momentos: pela manhã reuniram-se cerca de 50 pessoas atuantes em fóruns, redes e instituições nesta área, com o objetivo de debater e encaminhar propostas sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós Consumo, elaboradas pelos Fóruns Lixo e Cidadania, Movimento Nacional de Catadores e outras redes e instituições que atuam neste campo. Pela tarde foi composta uma mesa com a presença de Severino Júnior, Diretor Presidente da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ASCAMA e representante do Movimento Nacional de Catadores, Victor Zular Zveibil, Secretário de Qualidade Ambiental - Ministério do Meio Ambiente, Luciano Zica, Deputado Federal, Bertoldo Silva Costa, Coordenador da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento do CONAMA, Paulo Itacarambi, Diretor Executivo do Instituto Ethos, Empresas e Responsabilidade Social, Darci Campani, representante da ABES e membro da coordenação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania e Elisabeth Grimberg, representante do Instituto Pólis e membro da coordenação do Fórum Nacional Lixo. O objetivo desta mesa foi o de definir estratégias e encaminhamentos para a concretização e aprovação da PNRS em 2005.

Apresentaremos a seguir os principais resultados deste Encontro, não tendo sido possível registrar todas as intervenções, que foram de extrema importância e riqueza por falta de condições técnicas para tal.

Elisabeth Grimberg e Darci Campani, que coordenaram os trabalhos da tarde, apresentaram a visão da sociedade organizada, salientando que o foco deste debate era a questão da responsabilidade pós consumo, visto que nos demais pontos da PNRS que vêm sendo debatida em diversos contextos nacionais há consenso quanto ao conteúdo das propostas. Foram destacados os impactos ambientais e sobre os orçamentos municipais da crescente introdução de produtos e embalagens de rápido descarte no mercado de consumo e a necessidade de uma política nacional que responsabilize os geradores por tais impactos. Considerou-se um avanço a incorporação da proposta encaminhada por representante da SQA/MMA em 2003 de se fazer uma lei num formato mais enxuto, com diretrizes e instrumentos que permitam orientar sua implementação em nível nacional, mas que ao mesmo tempo permita

também nos estados, eventualmente, possam implementar medidas mais rigorosa. Outro aspecto salientado é a integração entre o Ministério do Meio Ambiente -MMA e o Ministério das Cidades - MC, na qual se estabeleceu que as diretrizes referentes à gestão municipal de resíduos são atribuição do Ministério das Cidades (após sua aprovação seriam elaborados documentos específicos para a questão dos resíduos, água, saneamento básico etc) e as questões de responsabilidade pós-consumo, instrumentos para análise de ciclo de vida dos produtos, para redução, reutilização e reciclagem, rotulagem, entre outras, são competência do MMA. Também foi apresentada a dificuldade que as instituições da sociedade civil têm tido para participar de discussões em seminários em que o setor privado se faz representar em peso. A falta de recursos, especialmente, de Ongs e do Movimento Nacional de Catadores resulta em grande desequilíbrio na defesa de propostas que responsabilizem o empresariado, o que tem produzido um impasse no processo de encaminhamento da PNRS. Além disso, os documentos que foram produzidos tanto pelo CONAMA, quanto pelo MMA ao contemplarem a responsabilidade do setor privado, não resolvem devidamente a integração dos catadores no sistema de retorno pós-consumo. **Esta tem sido uma grande preocupação dos fóruns e redes que levam a discussão no país: a responsabilização do empresariado deve se dar de forma a incluir o trabalho dos catadores e não de forma a reexcluí-los.**

Por fim, foi colocada uma grande preocupação das instituições da sociedade que acompanham mais intensamente este assunto: o fato de alguns setores do empresariado considerarem que - ao se argumentar que os resíduos gerados (os que são indispensáveis para a qualidade de vida de todos e todas e que sejam ambientalmente sustentáveis) podem servir como matéria a ser reaproveitada pelos catadores – não procede serem responsabilizados pelo pós-consumo dado que se trata de “matérias-primas”, ou seja, se não se trata de resíduos, mas de material reaproveitável não haveria porque serem responsabilizados.

O representante do Movimento Nacional de Catadores, Severino Júnior, lembrou a importância do reconhecimento do papel dos catadores no re-encaminhamento dos materiais recicláveis ao mercado produtor e a preocupação de que estes profissionais sejam contemplados na PNRS.

Por sua vez, Victor Zular Zveibel, Secretário de Qualidade Ambiental - Ministério do Meio Ambiente referendou a importância de se elaborar um documento mais sintético que permita a sua efetiva implementação. Informou que o prazo para a apresentação de anteprojeto do governo é o mês de junho.

O Deputado Federal Luciano Zica salientou a importância de estabelecer-se a responsabilidade pós-consumo em todas as etapas, para que não aconteça o que ocorre nas resoluções CONAMA, em que se regula os temas aos pedaços. Ressaltou também a importância de um marco claro de responsabilização e a necessidade de um projeto do Executivo que evite os vícios de origem. Ficou acertado que, em fevereiro, será proposto um calendário de discussão e mobilização em torno da PNRS, com ênfase na discussão da responsabilidade pós-consumo.

Colocou a intenção de que a Câmara instale a Comissão Especial para a PNRS até final de março.

Bertoldo Silva da Costa, coordenador da Câmara Técnica de Saúde Saneamento do CONAMA lembrou que em seminário de agosto de 2004 foram consensuadas propostas deste Conselho que não poderão ser alteradas sem que a matéria seja novamente discutida em Plenária.

Paulo Itacarambi, Diretor Executivo do Instituto Ethos, Empresas e Responsabilidade Social que é necessário que as empresas avaliem e assumam os impactos causados pelos resíduos no processo como um todo. Apontou a necessidade de se esclarecer também o tipo de impacto que as empresas provocam no meio ambiente com geração de resíduos e também no orçamento público para a destinação dos mesmos. Destacou que a lei irá incidir também sobre o comportamento do consumidor na sua relação com as empresas. Colocou a disposição do Instituto Ethos apontou a necessidade de esclarecer a população sobre os impactos causados pelas decisões empresarias, criando disposição no consumidor para alterar seu comportamento. Destacou, ainda, que deverão ser aproximadas as visões dos ambientalistas, dos gestores municipais e do empresariado. Declarou disposição do Ethos em identificar empresas estratégicas neste processo e criar um ambiente favorável para a discussão deste assunto.

No debate foram levantadas questões tais como:

“Quem conduzirá este processo como um todo?”

“Como informar a população sobre a importância dos temas que envolvem a PNRS de forma a envolvê-la mais intensamente no debate e na formulação de propostas?”

“Como dinamizar a reciclagem para incluir os catadores?”

“Os inventários de resíduos sólidos ainda não são bem feitos, acontecendo, por exemplo, a publicação de dados diferentes para o total de resíduos gerados no país etc. Além disso, não se têm inventários sobre o impacto dos resíduos industriais.”

“Quais resíduos não são recicláveis?”

“Deve-se combater a incineração de resíduos domésticos”.

“A recente medida que instituiu o fracionamento de remédios promove a redução da geração de resíduos perigosos e de embalagens também”.

“É preciso mudar o padrão de produção, já que se produz mal e se consome mal. O capital cria sempre novas necessidades para se manter. Como trabalhar a mudança de padrão de produção e consumo, articulando com os programas de crescimento de 5% , com a criação de novas máquinas (que por sua vez consome mais matérias-primas e assim por diante. É preciso amarrar a questão da redução da geração de resíduos com a análise do ciclo de vida dos produtos.”

“É preciso interpelar a cartelização das empresas que atuam no setor de limpeza”.

“É preciso trabalhar a questão dos 3Rs.”

Algumas colocações em resposta às questões levantadas no debate:

O Secretário de Qualidade Ambiental colocou que estão havendo gestões para a integração de ações entre o MMA e o Ministério de Ciências e Tecnologia e Ministério da Indústria e do Comércio.

O representante do Instituto Ethos sugeriu que se buscasse, como estratégia de ampliação da percepção da importância da lei, levantar os problemas causados pela produção de resíduos e a partir daí, estabelecer os nexos com referida a lei, ao invés de discutir na mídia a lei em si mesma, o tende a dificultar a compreensão de um público mais amplo.

Os coordenadores da mesa encerraram o evento colocando que a própria iniciativa de debater e encaminhar propostas e estratégias para a concretização da PNRS, no FSM, era uma forma de ampliar e divulgar a questão, mas que era preciso se desenhar novas estratégias de divulgação desta proposta, conquistar a mídia para tal, envolver outras redes que atuam neste campo, tais como a Rede de Justiça Ambiental, Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, entre outras.

Informe elaborado em fevereiro de 2005, por Elisabeth Grimberg, Instituto Pólis, Jussara Pires e Darci Campani, ABES.